

A Reforma Digital como fim aos interditos sobre o discurso: uma avaliação sucinta sobre o fenômeno¹

Jorge Martins de JESUS²

RESUMO

A presente Comunicação fixa seu enfoque sobre as tensões na relação entre discurso, igreja e os novos meios digitais de comunicação social. O objetivo está delineado em analisar, concisamente, os interditos que foram, de maneira histórica, desenvolvidos sobre a produção do discurso em sociedade e apresentar, em seguida, as noções básicas sobre o conceito de Reforma Digital. Duas teorias são utilizadas para análise desse fenômeno: a noção de interdito como controle e ordem do discurso, a partir da teoria do discurso feita por Michael Foucault, e o conceito de Reforma Digital, esboçado por Moisés Sbardelotto. Como método de análise e interpretação, é utilizado o método dialético a partir da noção de mudança dialética, a qual possibilita o entendimento do fenômeno descrito como Reforma Digital como um movimento de transformação e negação dos interditos discursivos. Verifica-se, entre outros resultados, que a Reforma Digital, trouxe, sem dúvida, uma democratização e libertação da comunicação nos âmbitos discursivo e eclesial.

Palavras-chave: Reforma Digital; Discurso; Religião; Comunicação.

Introdução

Em cada época, a comunicação, enquanto produção social de sentido, demonstrou, por meio do controle de produção e reprodução cultural a que se dedica, o poder determinante da informação na constituição da opinião dos indivíduos. Nesse sentido, o poder da comunicação na sociedade, mediante o impacto de seus meios de transmissão sobre as ideias, as emoções, o comportamento, a economia e a política, cresceu tanto que se converteu em fator fundamental de domínio e de poder em todos os

¹Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 17/8/2017.

² Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2016), com bolsa CAPES/PROSUP II; graduado em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (2012).
Email: jorgemartinsdejesus@hotmail.com.

campos da atividade humana. Em consequência, surgiu, dentre outros fenômenos semelhantes, a chamada indústria cultural, cujo aparato tecnológico e social uniu-se ao objetivo de explorar comercialmente todos os recursos do poder da comunicação. O ato de comunicar tornou-se, pois, em ato de formar indivíduos, de dar ou modificar os significados que estes atribuem às coisas, às pessoas e à sociedade, contribuindo assim para a transformação de valores, crenças e comportamentos.

Como um dos principais recursos no ato de comunicar está o discurso, cuja função básica é estruturar a compreensão e as ações das pessoas sobre determinado assunto. Michel Foucault foi quem levou os estudos sobre o discurso do campo da linguística, de onde surgiu o conceito, para o campo da sociologia, quando relacionou o estudo da linguagem ao predominante interesse sociológico no poder e seus efeitos na sociedade. A seguir, a ação discursiva passou a ser compreendida como uma intervenção na forma de viver das sociedades. Como parte deste processo, segundo Foucault, os discursos criam suportes que estruturam a vida social. Tais suportes funcionam como paradigmas que definem os limites do que pode ser prudentemente dito sobre um determinado assunto e, em especial, sobre o que e como deve ser dito. Assim, o comportamento e as atitudes das pessoas são, em parte, formados por esses discursos, pelos quais elas assimilam as normas e os valores da sociedade na qual estão inseridos em seu processo de socialização.

Foi observando o impacto que esses fatores têm na construção social que a Igreja preconizou o destaque que haveria de ser dado ao papel da comunicação à instrumentalização de seu discurso. Na tradição católica romana, o magistério da Igreja sempre acompanhou toda a trajetória do papel da comunicação na sociedade, principalmente, com um olhar sobre o uso de seus instrumentos de comunicação social e de reprodução simbólica. Isso aconteceu desde o uso da imprensa a partir do século XV, passando pelos meios audiovisuais ou mídias eletrônicas (rádio, cinema e TV) e chegando à atualidade com o uso das mídias digitais (*sites*, vídeos, *e-mails*, *blogs* e o uso geral da Internet).

Esta relação entre a Igreja Católica Romana e a comunicação é marcada por uma evolução do pensamento e das práticas eclesiais como resposta e adequação aos meios de comunicação social. Em sua primeira fase, estudiosos apontam que houve por parte da igreja uma postura de confronto, marcada pela censura e até pela repressão aos meios de comunicação. Posteriormente, é que se desenvolveu uma postura de aceitação, ainda que desconfiada e vigiada, fazendo-a exercer sobre seus campos de influência um forte controle sobre os meios de comunicação. Somente com as rápidas transformações causadas pela emergência das telecomunicações a partir do século XX – não menos que a premência das transformações sociais, filosóficas e religiosas – causando o aumento do poder da comunicação e o aperfeiçoamento sobre os discursos, é que ela reconheceu, de fato, a necessidade de integrar-se completamente ao poder da comunicação e ao amplo uso de seus instrumentos.

Do lado das igrejas protestantes e evangélicas em geral, a relação entre igreja e os diversos meios de comunicação social tem a sua trajetória recente. Especificamente, no Continente Americano, a partir da segunda metade do século XX, quando a ascensão de tele-evangelistas estadunidenses, como Jimmy Swaggart e Pat Robertson, entre outros, determinou o uso das mídias eletrônicas como meio de visibilidade, publicidade e presença dessas igrejas na sociedade. Na América Latina e, principalmente, no Brasil, essa trajetória teve seu início marcado pelo uso do rádio, devido à facilidade de compra de espaços na grade das programações ou pela aquisição de concessões. Inevitavelmente, tais igrejas também se integraram ao uso das mídias digitais.

Seja qual for a sua tradição, católica, protestante ou evangélica, a igreja sempre orientou a sua prática comunicacional, no contexto institucional e também de sua práxis pastoral, a influenciar qualquer debate de ideias a favor de seus argumentos e, por conseguinte, ao fortalecimento e a proteção de seu discurso. Com isso, a partir da noção de que conhecimento e poder estão intimamente ligados, coube então à igreja sempre se apropriar dos novos meios de comunicação social, que também são novos meios de transmissão do saber, a fim de absorvê-los, utilizá-los e instrumentalizá-los com o

Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento/Universidade Metodista de São Paulo
XII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial
Pontifícia Universidade Católica - Campinas, 17/8/2017

objetivo de criar, pelos paradigmas da comunicação, formas de estruturar a sociedade segundo o seu discurso.

Na história dessa relação, houve certamente práticas de uma comunicação autoritária, pelas quais, instituições percebiam os processos de comunicação social apenas como meios de convencimento e de proselitismo. Variavelmente, marcada por discursos dos quais a fala em geral se impôs como poder de dominação ou de controle social. Assim, na história das transformações das estruturas organizacionais, tanto da sociedade como da Igreja, houve quase sempre, por parte desta última, uma postura de cautela e de vigilância sobre os meios de comunicação. Para isso, sempre lançou mão dos possíveis aparatos de censura, de controle e de domínio sobre o discurso, o que Foucault analisou sobre os chamados interditos ao discurso. Resta saber se, com as profundas transformações causadas pela revolução comunicacional, ocasionada pelo uso e demanda das mídias digitais, tais interditos ainda irão sobressair na relação igreja-comunicação.

O objetivo desta Comunicação está delineado em analisar, concisamente, os interditos que foram, de maneira histórica, desenvolvidos sobre a produção do discurso em sociedade e apresentar, em seguida, as noções básicas sobre o conceito de Reforma Digital como fenômeno de negação desses interditos e de transformação positiva das formas de produção discursiva na interface entre igreja e sociedade. Isso é feito em duas partes. Na primeira, são descritas as noções básicas do interdito discursivo, enquanto, na segunda, é referenciado o conceito de Reforma Digital, o qual é abordado aqui como um movimento de transformação e negação dos interditos discursivos, fenômeno este que resulta, como será proposto adiante, em um desenvolvimento qualitativo das formas de discurso na sociedade entre a interface religiosa cristã e a sociedade.

1. O antigo controle sobre a produção cultural e simbólica na sociedade: os interditos sobre o discurso

Segundo Foucault, o poder institucional, em um afã de sempre controlar e dominar o discurso, faz questão de deixar bem claro que a ele pertence o início, os meios e a condução do discurso. O objetivo é tornar o ato discursivo sempre um ato solene, cercado de um círculo de atenção e de silêncio, impondo-lhe formas ritualizadas e mantendo o discurso sempre à distância. Essas características sobre o discurso, entre outras, fornecem a pressuposição fundamental de que o discurso tem uma ordem e somente dele, do poder institucional, lhe advém essa ordem. A partir disso, Foucault procurou demonstrar que, em toda a sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que, enquanto invocam os poderes do discurso, também buscam sistematicamente repelir os seus perigos (FOUCAULT, 2014, p. 7-9).

Nesse sentido, o controle sobre a produção do discurso é feito a partir de mecanismos institucionais que objetivam expropriar a produção e o sentido do discurso. Esses mecanismos foram identificados por Foucault como procedimentos de exclusão e, especificamente, como procedimentos de interdito ao discurso. Serão verificados adiante três desses procedimentos. O primeiro procedimento de exclusão ao discurso analisado por Foucault é o próprio procedimento de interdito. Em termos de sociedade, significa que ninguém pode dizer o que deseja, onde deseja, quando deseja e sobre o que se deseja falar. Essa interdição, longe de ser orientada por circunstâncias contingenciais, é definida por três elementos condicionantes: tabu do objeto, ritual da circunstância e o direito privilegiado ou exclusivo de quem deve falar. Em cada época, eles se entrecruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa de exclusão que não cessa de modificar-se e, portanto, de ampliar-se e customizar-se a cada geração, a cada sociedade e sob diversas circunstâncias. Pressupõe-se, então, que o discurso não é apenas objeto de desejo do controle institucional, mas também objeto do desejo de poder. Isso significa que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz

as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1970, p. 10).

O segundo procedimento de interdito discursivo é o psicológico ou o da psicanálise, isto é, faz-se oposição entre razão e loucura, em que a razão é o principal meio de exclusão do discurso. Isso pode ser visto a partir do grande e complexo aparato social que foi criado em torno do conhecimento e do saber, bastando, assim, decifrá-lo e separar o que, convenientemente, pode ser distinguido entre um discurso razoável ou uma loucura. Como resultado desse aparato, só fala quem tem “razão”. A prática de desqualificar o discurso, de censurá-lo ou de cercá-lo com barreiras que o privem, tendo como parâmetro a “loucura”, ainda pode ser bem observada na atual sociedade. A demonstração dessa realidade nas redes sociais, por exemplo, é impressionante sobretudo nos discursos de ódio, em que se veem pessoas indistintamente desqualificarem os discursos discordantes como “loucura” e os seus sujeitos como “doentes mentais”.

O terceiro procedimento de interdito é o sistema do verdadeiro e do falso, ou seja, a força das “verdades”. Essas verdades não são as que se organizam em torno da história, de uma descoberta científica, do resultado de uma pesquisa ou de qualquer labor que demonstre por meio de evidências, ainda que elas encontrem em constantes deslocamentos, a realidade de um determinado fenômeno. São, antes, aquelas escolhidas de forma geralmente arbitrária, sustentadas, organizadas e compartilhadas entre instituições e grupos que, com elas, exercem pressão sobre a sociedade construindo, assim, discursos com força de deslegitimação a qualquer outro discurso discordante, rotulando na maioria das vezes essas vozes como mentira. Para Foucault, isso não passa de um sistema de exclusão que atravessa a história desde a Antiguidade Clássica.

Essa vontade de verdade, apoiada por todo um complexo funcional, logístico e institucional, certamente contribuiu para que todos os discursos recebessem dela pressão e coerção, resultando, então, que toda a dinâmica social buscasse em suas práticas de interação e de troca o apoio incondicional de um discurso da verdade. Segundo Foucault, essa vontade de verdade como produção do discurso verdadeiro adquiriu força

e impulso suficientes para que tanto nas sociedades de outrora, como nas atuais, ela não cesse de reforçar-se, de ampliar-se e de tornar-se incontornável e inflexível. Isso resultou uma prática discursiva alimentada por uma busca de verdade que não responde ao desejo de justiça, que valide uma ética, mas, a vontade de “verdade” a qual busca a verdade que ela quer, estritamente, para o exercício do poder. Configura-se como uma “prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto a ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e colocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 20).

Até aqui, todos os procedimentos considerados acima correspondem a interditos externos ao discurso, funcionando como procedimentos de exclusão em que estão em jogo o poder, o controle e o desejo sobre o discurso. Há ainda outros procedimentos que, apesar de serem congêneres aos que foram vistos acima, funcionam internamente ao discurso, isto é, estão inseridos dentro da própria estrutura de alguns discursos, principalmente, daqueles que existem por meio de narrativas maiores, como os textos religiosos, jurídicos e científicos. É característica desses discursos narrativos “que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos[...] coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (FOUCAULT, 2014, p. 21). Desses discursos, destacam-se aqui os religiosos os quais, geralmente presentes nos textos sagrados ou a partir deles, podem ser divididos entre discursos fundantes ou criadores e aqueles que se repetem, glosando ou comentando os discursos originários.

No caso dos discursos que se repetem na forma de comentários, a função deles é desempenhar basicamente dois papéis: construir novos discursos a partir do originário e de dizer o que estava articulado silenciosamente nele. O discurso permanece, assim, cercado dentro de um encadeamento contínuo de construção, repetição e comentário em que muito pouco ou nada das tensões criativas próprias de uma atualização, reinvenção e libertação do discurso acontecem.

Além desses procedimentos externos e internos, vistos sucintamente acima, há também aqueles que permitem determinar as condições de seu funcionamento de forma

a serem impostas aos indivíduos que pronunciam o discurso regras que restringem seu acesso. Explicando, “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer (sic) a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35). Uma das formas pela qual isso é feito é o ritual. O ritual define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, fixando, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras e de seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirige.

Para fechar o círculo de controle e ordem do discurso, há também o que Foucault identificou como as sociedades do discurso, cuja função é executar uma elaborada produção de discursos sob um protegido e conservado controle. Esses discursos são praticados e, geralmente, franqueados somente segundo regras restritas. A sociedade científica, isto é, a academia, juntamente à comunidade política ou econômica formam alguns dos exemplos, devendo-se destaque à comunidade religiosa e sua doutrina como discurso. Segundo Foucault, uma doutrina, devido à sua natureza e ao caráter objetivo, tende a difundir-se pela partilha de um só discurso ou de um só indivíduo a tantos outros indivíduos e grupos inumeráveis que lhe tornam solidários, definindo uma pertença recíproca. Essa pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, o que não deixa de resultar em um procedimento de exclusão ou em mecanismos de rejeição sobre o sujeito cuja fala lhe seja contrária ou diferente. Os processos pelos quais são criadas e desenvolvidas as heresias e as ortodoxias são razoáveis exemplos.

2. A proposta de uma Reforma Digital: anúncio do fim aos interditos discursivos?

Historicamente, no âmbito da religião cristã, suas instituições eclesiais, protestantes e católicas, por exemplo, possuíam, até bem pouco tempo, não só o total controle sobre o seu discurso religioso, como também sobre sua produção e difusão na sociedade. Isso foi possível graças aos vários procedimentos de interditos aos discursos

utilizados por essas instituições. Essa realidade, no entanto, foi totalmente abalada e seus alicerces desmoronados com o advento da comunicação em rede, isto é, do fenômeno da mídiatização da comunicação – a Internet, o que alguns estudiosos chamam de uma verdadeira revolução digital. Assim, e de forma revolucionária, a Reforma Digital surge como negação de tal controle e ordem sobre o discurso, resultando, para o fenômeno religioso, novas modalidades de percepção, experiência e expressão do sagrado em ambientes comunicacionais, precisamente, digitais. Segundo Moisés Sbardelotto, nesse caso, o termo “reforma”, em alusão à Reforma Protestante como uma revolução cultural ocorrida no século XVI, é utilizado para expressar uma revolução cultural contemporânea a partir de um ambiente comunicacional digitalizado e ubíquo, a qual provoca, dentre outras reações, uma ampla e multifacetada necessidade de atualização de práticas e, talvez, até das doutrinas religiosas (SBARDELOTTO, 2016, p. 6).

A Reforma Digital, mais do que apenas uma transformação tecnológica dos meios de comunicação social, pode significar basicamente uma revolução na própria forma de posse, veiculação e controle sobre a informação. Um processo de digitalização e conectivização. Por meio de tais processos, toda informação é primeiro digitalizada, ou seja, dividida em pequenas partes e quantificada em códigos informáticos. Depois, mediante o fluxo dessas microunidades, é possível, pelo processo de conectivização, estocar, acessar e reagrupar a informação, que pode ser identificada, reproduzida, arquivada, modificada e transmitida por qualquer pessoa por um sistema digital. Desse modo, segundo Sbardelotto, é possível converter quase a totalidade dos elementos culturais em dígitos e, assim, renovar todas as fases do processo de construção simbólica. Com isso, a digitalização e a conectivização permitem abranger todas as formas de expressão, a diversidade de interesses, valores e a todos os processos comunicacionais e todas as práticas discursivas.

Além da mensagem e seus meios de transmissão, todo o processo de construção de sentido, práticas sociais e religiosas são digitalizadas. Digitalizada, a informação é passível a dois processos: descontextualização e recombinação. No primeiro, o texto,

por exemplo, assim como seu discurso ou sua reprodução simbólica, liberta-se do seu contexto, tendo todo esse processo à disposição de qualquer pessoa interessada na transformação de sentido. Essa descontextualização, segundo Sbardelotto, permite a recombinação simbólica, utilizando-se outros dados e uma recombinação social, ou seja, com outros indivíduos. Assim, o indivíduo pode analisar, criticamente ou não, a narrativa de um discurso maior, como o comentário religioso visto acima e, depois, descontextualizar, por exemplo, sua matéria, linguagem e propósito, re combinando-o com diferentes informações úteis, para depois re combiná-lo com outros sujeitos sociais.

O discurso torna-se, portanto, em tal processo, disponível por toda a parte, difícil de proteger e impossível de controlar. Nesse sentido, “digitalização e conectividade são processos de expansão do alcance e de aprofundamento da abrangência das relações comunicacionais” (SBARDELOTTO, 2016, p. 7). Analogamente à revolução cultural e social na época da comunicação impressa de Lutero, geram um contexto sociocultural em rápida transformação, articulado geralmente com as recentes inovações tecnológicas. A partir dessa revolução digital, é inevitável novos processos de circulação e produção de sentidos, assim como o compartilhamento de informações, de transmissão de saberes, de conhecimentos e, de forma libertadora, a participação de pessoas leigas – e até profanas – nos assuntos da igreja. Neste sentido, pode-se ver, por exemplo, a sociedade em geral dizer “isto é religioso” ou “isto não é”, indo, então, além da oferta de sentido dada a partir do discurso das instituições eclesiais, o que representa, basicamente, uma desvinculação do controle simbólico e teológico das instituições, marcada geralmente pela autoridade. (SBARDELOTTO, 2016, p. 9).

Esse novo ambiente de troca e comunicação social, diversificado e, agora, digital, pode ser referenciado como plataformas sociodigitais. Os vários tipos de redes sociais podem servir de exemplos. A partir de tais plataformas, é dada a possibilidade e a oportunidade para que pessoas, sejam indivíduos ou grupos, possam produzir discursos com conteúdo religioso de forma pública, em rede e sob as mais variadas formas digitais de comunicação, como textos, imagens, vídeos etc. Tal difusão acontece de forma instantânea e em nível global, potencializando, pela comunicação em rede, via

comentários, postagens, grupos, páginas etc., seu fluxo comunicacional e de produção de sentido. Assim, nesses processos midiáticos em rede, surge um novo posicionamento dos fiéis, leigos e religiosos em geral: “não apenas como meros “ouvintes da Palavra”, mas também como possíveis “produtores de uma palavra” pública sobre a fé” (SBARDELOTTO, 2016, p. 26).

3. Conclusão

Longe de se tentar concluir o assunto em uma breve Comunicação, o que pode ser considerado em termos de reflexão e de continuidade a essa discussão é que, a partir do surgimento das novas tecnologias digitais, a sociedade reorganizou-se e estruturou novas culturas, de forma que revolucionou e recriou vários de seus aspectos socioculturais, simbólicos, comunicacionais e discursivos, principalmente, no âmbito religioso. Assim, seu impacto e consequências ainda estão por ser totalmente compreendidos e avaliados pelas áreas científicas que estudam esses assuntos. Como processo de transformação e de mudança, a Reforma Digital pode ser considerada, sem dúvida, uma democratização e libertação da comunicação no aspecto discursivo na interface entre igreja e sociedade. Provocou, destarte, novas formas de construção de sentido e de representação eclesial, no caso da Igreja, e de autonomia e liberdade discursiva, no caso da comunidade de fé.

Resta saber, como uma proposta à discussão, se tal revolução chegou ou reflete os processos comunicacionais no contexto religioso cristão intramuros, ou seja, por exemplo, nos púlpitos da Igreja, ocasionando, assim, a libertação de todo discurso religioso do núcleo autoritativo das instituições eclesiásticas e, com isso, de todo desejo autoritário de poder e de controle sobre o discurso religioso. É possível pensar que a revolução digital não chegou a tanto. Nesses ambientes, os interditos seguramente ainda prevalecem. Pode ser visto, todavia, que a revolução digital obriga, de certa forma, a constituição de novos modos e conteúdos discursivos por parte da Igreja. Surge a necessidade de as instituições cristãs construírem não só uma nova opinião pública

sobre determinados assuntos, como também a especialização em vários outros. Isso demonstra a influência poderosa da atual midiatização digitalizada dos instrumentos de comunicação social, de produção e reprodução simbólica, pois a Igreja agora tem diante de si o desenvolvimento de uma nova forma de fermentação de ideias, eclesiais e teológicas, que não é mais apenas o reflexo do ensinamento do magistério ou o resultado do trabalho de teólogos, mas, a criação a partir de um novo sujeito religioso. Este, que agora, de posse de uma nova estrutura comunicacional e de aquisição de saberes, é criador de seu próprio discurso.

Referências bibliográficas

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. 22 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos, 67.

BRUSTOLIN, Leomar Antonio. O senso religioso na era digital: a nova ambiência da fé. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 14, n. 42, p. 497-517, abr./jun. 2016 – ISSN 2175-5841 - Dossiê: Narrativas Sagradas e Linguagens Religiosas – Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2016v14n42p497>> Acesso em: 15 de Jun. de 2017.

CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2016. Quinzenal. **A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um sensosfideliumdigitalis?** Moisés Sbardelotto. Ano XIII – Vol. 13 – Nº 116 – 2016. ISSN 1807-0590 (impresso). ISSN 2446-7650 (Online). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/116_cadernosteologiapublica.pdf> Acesso em: 15 de Jun. de 2017.

CUNHA, Magali do Nascimento. As igrejas e o uso do rádio e da televisão: a formação de uma nova cultura religiosa. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). **Comunicações: ética e cidadania**. São Paulo: Paulus, 2006.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religiosidade Midiática em tempos de cultura “gospel”. **Tempo e Presença**. São Paulo, Ano 4, n. 15, abr./2009. ISSN 1981-1810. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=303&cod_boletim=16&tipo=Artigo> Acesso em: 25 de Jun. de 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento/Universidade Metodista de São Paulo
XII Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial
Pontifícia Universidade Católica - Campinas, 17/8/2017

PUNTEL, Joana T. A IGREJA A CAMINHO NA COMUNICAÇÃO - **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2 p. 221-242, jul./dez. 2011. ISSN-L: 0103-314X e-ISSN: 1980-6736. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9755>> Acesso em: 15 de Jun. de 2017.

PUNTEL, Joana T. A transmissão da fé na nova arquitetura da comunicação contemporânea.

Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 46, p. 486-509, abr./jun. 2017 – ISSN 2175-5841 -

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9755>> Acesso em: 15 de Jun. de 2017.